

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/05/2012 Edição Nº 571

Vigilantes do Maranhão podem parar no dia 15/04

O Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig-MA) realizou dia 02/04 uma assembleia geral no auditório da Federação dos Trabalhadores da Indústria no Estado do Maranhão (Fetiema), em São Luís, com indicativo de greve a partir do próximo dia 15, por tempo indeterminado.

A categoria deliberou por unanimidade manter o pedido de reajuste salarial de 16%, aumento do ticket-alimentação para R\$ 12, adicional de risco de vida de 30%, plano de saúde pago integralmente pela empresa, escala 12 horas de trabalho e 36 de folga para os que trabalham em transporte de valores, entre outras reivindicações. Segundo o presidente do Sindvig-MA, Luiz Gonzaga Sá, o salário atual é de R\$ 700, o ticket-alimentação é de R\$ 8 e não há plano de saúde.

Ele revelou que as negociações não têm avançado e o sindicato patronal ofereceu como

contra proposta 4,29% de reajuste e R\$ 0,40 de aumento no ticket. “Já baixamos o valor inicial de 20% para 16%, mas o patronal está irredutível”, declarou Sá.

De acordo com informações do sindicalista, a categoria soma cerca de 8 mil vigilantes em todo o estado. A Superintendência Regional do Trabalho mediará uma conversa, que acontecerá ontem à tarde, entre as partes

envolvidas.

Uma assembleia está marcada, também na sede da Fetiema, na próxima quarta-feira (9), às 8h. “Se não houver nenhum avanço ou sinalização positiva até o dia 14 de maio, no dia seguinte vamos parar geral por tempo indeterminado”, disse Luiz Gonzaga Sá.

Fonte: Jornal Pequeno

Foto: G. Ferreira



Vigilantes lotam assembleia e votam pela greve

Todo apoio à luta dos vigilantes do Maranhão

A CNTV se solidariza à luta dos vigilantes do Maranhão, desejando sucesso em sua Campanha Salarial com muitas vitórias e conquistas, se colocando ainda à disposi-

ção do Sindicato e da categoria para ajudar na mobilização e nas negociações, se preciso. As reivindicações dos vigilantes são justas e os oito mil vigilantes em todo o estado merecem um salá-

rio maior, pois arriscam a vida todos os dias e ainda enfrentam a intransigência patronal, que não respeita a vida e só pensa no lucro. Avante companheiros e companheiras até a vitória.

Cerca de 400 vigilantes fecham rua do centro de Manaus em protesto grevista

Membros à frente do movimento grevista dos vigilantes do Amazonas realizam na manhã e tarde desta quinta-feira (3), nova manifestação que pede o reajuste salarial de 25% e aumento de R\$ 6 do vale alimentação. Eles também reivindicam o acréscimo de 30% relativo ao benefício de risco de vida.

Cerca de 4 mil dos 12 mil vigilantes que atuam na capital, o equivalente a 33,3%, já paralisou as atividades desde esta quarta-feira (2). Na manhã desta quinta-feira, aproximadamente, 400 servidores participaram do ato que fechou a rua da Instalação no centro de Manaus. Os manifestantes prometem continuar com a reivindicação, que paralisaria o Distrito Industrial de Manaus.

Atualmente o salário de um vigilante

é de R\$ 705 e, se aprovado o aumento, passará para R\$ 881. O vale-alimentação de R\$ 9 para 15 reais.

Até o momento, a única negociação iniciada foi para o reajuste salarial, na qual a classe patronal propôs aumento de 6,22% do salário e de R\$ 1 para o vale alimentação. A proposta foi considerada "falta de respeito para com os trabalhadores do setor", informou um dos membros da categoria à frente do movimento, mas que preferiu ter a identidade preservada. "Nossa meta é de 45%, mas, agora, estamos pedindo apenas 25%", concluiu.

Segundo a organização do movimento, alguns não aderiram porque estão sendo impedidos pelos patrões, já que estão com os salários em dia,

o que é considerado pelo movimento um ato ilegal, já que a greve foi informada com antecedência aos órgãos competentes. "Estamos nos mobilizando e organizando sem algazarra para que todos entendam nosso movimento, que estamos reivindicando o que é direito nosso", assegurou um dos apoiadores.

Fonte: A Crítica-Manaus



Na tarde dessa quarta-feira (2), manifestação na rua Tamarandé, em frente a agência do Banco do Brasil (Foto: Anne Gabrielly)

Febraban diz que aceita assinar TAC sobre segurança, revela MP de Recife

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) voltou atrás e agora quer assinar acordo com o Ministério Público (MP) que garante o cumprimento da lei de segurança bancária do Recife. Segundo o promotor Ricardo Coelho, o MP vai se reunir com os representantes dos bancos na próxima segunda-feira, dia 7, para fechar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

A nova postura da Febraban foi revelada pelo promotor nesta quinta-feira, dia 3, em reunião com o Sindicato dos Bancários de Pernambuco, representantes da polícia, prefeitura, governo do estado, Câmara de Vereadores e Procon, entre outros órgãos.

Segundo o promotor, o TAC seguirá os termos sugeridos pelo Sindicato e pelos participantes da reunião e está rigorosamente baseado na lei de segurança bancária do Recife. "O objetivo do TAC é enquadrar os bancos e garantir que a legislação municipal seja cumprida", explica a presidenta do Sindicato, Jaqueline Mello, que representou os bancários na reunião junto com o secretário de Saúde do Sindicato, João Rufino.

Jaqueline ressaltou durante a reunião que os bancários e vigilantes estão trabalhando com medo, assustados por conta da falta de segurança. "Até os clientes nos

perguntam quando os bancos vão cumprir a lei. Precisamos de medidas concretas para forçar os bancos a investirem em segurança. O descaso com a vida das pessoas é tão grande que as instituições financeiras estão sendo mais criminosas que os próprios assaltantes", ressaltou.

"Os bancos estão apostando na impunidade, desrespeitando a legislação e o estado de direito, e se a Prefeitura não agir com rigor esta irresponsabilidade vai continuar e a lei será, mais uma, que só existe no papel", afirmou Jaqueline.

O vereador Josenildo Sinésio, autor da lei de segurança, lembrou do vigilante morto no último dia 30 de abril, véspera do Dia do Trabalhador, durante assalto à agência do Itaú no Hospital Português. Ele sugeriu que sua lei levasse o nome do trabalhador morto: Maurício Lopes da Silva. "Se os bancos estivessem cumprindo a lei, essa morte poderia ter sido evitada", comentou o vereador.

Punições

Roberta Valença, representante da Diretoria de Controle Urbano (Dircon) da Prefeitura do Recife, destacou que o órgão já tem elementos para interditar as agências bancárias que não estão cumprindo

a legislação municipal. Segundo ela, a Dircon já expediu 77 intimações para os bancos exigindo o cumprimento da lei de segurança e outras 30 cobrando o alvará de funcionamento.

O promotor Ricardo Coelho garantiu que até a data da reunião com a Febraban as fiscalizações e autuações continuarão. Até agora, o MP já somou R\$ 12 milhões em multas desde que as fiscalizações começaram, em fevereiro deste ano.

As multas devem ser executadas e as interdições das agências podem começar a qualquer momento, caso o acordo com a Febraban não seja fechado. Entre outros itens, a lei de segurança bancária do Recife exige que as agências tenham vidros blindados, câmeras de segurança internas e externas, portas giratórias com detectores de metais e dois vigilantes por andar, armados e com coletes à prova de balas em cabines de proteção blindadas, biombo entre os caixas, entre outros itens.

O grupo volta a se reunir em 30 dias para avaliar a situação. A Câmara de Vereadores também vai realizar uma audiência pública para ampliar o debate.

Fonte: Contraf-CUT com Seec Pernambuco

Novas agências do Bradesco no litoral do RS não têm portas giratórias



Bancários cobram medidas de segurança do gerente regional do banco

Bancários cobram medidas de segurança do gerente regional do banco. O Sindicato dos Bancários do Litoral Norte do Rio Grande do Sul se reuniu na quarta-feira (2) com o gerente regional do Bradesco, Júlio Alberto Vargas Martella, cobrando segurança nas novas agências do banco.

As unidades abertas nos municípios de Pinhal, Três Cachoeiras e Palmares do Sul apresentam problemas graves de insegurança, como a ausência de portas giratórias com detectores de metais. "As novas agências funcionam sem o número de vigilantes necessário, ferindo a Lei Federal nº 7.102/83. Também não há sistema de vigilância por vídeo e portas giratórias.

A situação é de total insegurança para bancários e clientes", denuncia Jefferson Cougo, diretor do Sindicato. "Cabe salientar que as três cidades possuem lei municipal que obriga as agências bancárias a instalarem a porta giratória na entrada de agências, bem como nos postos de atendimento. Com isso, o banco está descumprindo a lei descaradamente", observa Bino Kohler, diretor do

Sindicato.

Durante a reunião com os sindicalistas, o representante do Bradesco disse que irá repassar a demanda à direção do banco. Conforme o Sindicato, a agência de Pinhal já foi arrombada duas vezes em apenas sete meses de funcionamento, o que exige uma ação imediata do Bradesco no sentido de evitar novas ocorrências.

"Todas as agências mencionadas já foram notificadas pelas Prefeituras, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, mas o banco continua a descumprir a lei.

Não vamos aceitar esta conduta irresponsável do Bradesco, que expõe seus trabalhadores, usuários e clientes a riscos iminentes", alerta Jefferson Bino. Bino observa que, embora a abertura de novas unidades de atendimento amplie o número de empregos e a inclusão bancária, isso não pode ser feito sem planejamento em segurança.

"É lamentável a situação de insegurança que se tornou parte da rotina do emprego bancário. Temos condições de trabalho muito precárias em relação à segurança em diversas agências. O problema está fora de controle tanto do Estado, responsável pelos aparatos de proteção quanto dos bancos, que insistem em fazer vista grossa para a realidade de sua rede de atendimento", avalia.

Os dirigentes sindicais deixaram claro ao representante do Bradesco, que seguirão cobrando o cumprimento das leis de segurança e que o descaso do banco continuará a ser denunciado publicamente.

Fonte: Contraf-CUT com Fetrafi-RS e Seeb Litoral Norte



Rio Grande do Norte: Patrões traem vigilantes e ataçam MPT

O Sindesp-RN, sindicato dos empresários de segurança, entraram com o pedido de registro da convenção assinada com Ribeiro, ex-presidente do finado Sindvigilantes.

A atitude dos patrões é de traição ao processo de negociação de uma convenção com o Sindsecur.

Esta convenção não nos serve

porque está toda viciada. Para o Ministério Público do Trabalho, a atitude dos empresários também soou como traição.

Apostando no entendimento com os vigilantes, por meio do Sindsecur, o MPT ainda não havia contestado a liminar que os patrões haviam conseguido a favor da convenção.

Agora o MPT vai tentar derrubar a liminar.



Conheça os termos da CONVENÇÃO MALVADEZA

A seguir estão os principais itens da convenção que Ribeiro assinou e os patrões querem impor aos vigilantes. O Sindsecur não vai assinar. É melhor ficar sem convenção, pois a lei nos garante mais direitos.

Vigilante desarmado

Não pode haver distinção entre vigilantes. São profissionais com a mesma formação e a devida habilitação.

Adicional de Risco de Vida

Se a lei nacional que aumenta para 30% o Adicional de Risco de Vida, os patrões não precisam cumprir a lei.

Fica nos 3%.

Descontos abusivos

É proibido descontar por prejuízos decorridos de ações criminosas, como o arrebatamento de armas. Mas a convenção permite, após inquérito administrativo, onde o juiz é o próprio patrão.

Pagamento após o 5º dia útil

Quando o quinto dia útil cai em sábado ou feriado, a convenção permite adiar o paga-

mento do salário.

Parcelamento do salário

Se a empresa contratante está em débito com a empresa de vigilância, o patrão pode dividir o salário. Paga metade até o quinto dia útil e metade até o dia 22.

Salário do substituto

Contrariando a lei, se o trabalhador tiver que ser substituído temporariamente, o substituto não tem direito ao mesmo salário.

Auxílio-alimentação

O valor é de R\$ 50, baixo, pago somente ao desarmado. É ilegal a discriminação.

Seguro de vida

A lei obriga as empresas a pagarem todo o seguro de vida aos vigilantes. Mas a convenção permite o desconto de R\$ 2.

Vigilante horista

A contratação de horista, sem direito à hora em dobro nos domingos e feriados, é outra ilegalidade da convenção.

Pré-aposentado

O empregado que estiver para se aposentar pode ser transferi-

do para qualquer cidade do Estado. É uma maldade.

Cursos e reuniões

Permite convocar os trabalhadores em horários de folga, sem pagamento.

Superfaturamento

Para as empresas e instituições públicas o salário do vigilante armado é R\$ 950. Só no papel. O trabalhador recebe R\$ 905. É ilegal a diferenciação salarial. Vender a órgão público valor acima do praticado no mercado é superfaturamento. Ficar com a diferença que deveria ser paga ao vigilante, é roubo.

Curso de Reciclagem

A reciclagem deve ser paga pela empresa e ser feita em horário de trabalho. A convenção permite aos patrões cobrarem curso do vigilante contratado como menos de seis meses do fim de sua validade. E pode ser no horário de folga.

Banco de horas

É ilegal. Os patrões usam para não pagar hora-extra aos trabalhadores.